



Prefeitura Municipal de Timon

MENSAGEM LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2022-GP

Timon (MA), 12 de Dezembro de 2022.

Autor: Poder Executivo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Timon,

Tenho a honra de submeter por intermédio de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei Municipal que **“Dá nova redação, altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar Municipal nº 025/2013 - Código Tributário do Município de Timon – MA, e dá outras providências.**

A presente propositura propõe alterações no Código Tributário do Município, referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 183 de 22 de setembro de 2021, impondo aos Municípios que efetuem as respectivas atualizações e alterações de suas legislações próprias em conformidade às disposições citadas, para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), na Lei Complementar Municipal nº 025/2013, incluindo os serviços sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga, conforme a Lei Complementar Federal nº 116/2003.

Também, traz modificações na legislação tributária municipal referente à execução fiscal administrativa por meio da comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal de Finanças e o contribuinte, que consiste em tornar cada vez mais moderna a gestão fiscal de maneira que atuação seja mais célere e eficiente para o contribuinte, uma vez que serão utilizadas novas ferramentas tecnológicas a partir de 2023, que facilitará a comunicação do contribuinte, sobretudo, mais acessibilidade remota aos serviços fazendários via on-line de sua casa.

A partir destas considerações, submeto o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação desta Casa, aguardando breve tramitação legislativa e a aprovação da matéria em caráter de URGÊNCIA, nos termos do artigo 50 da Lei Orgânica Municipal e o que dispõe o Regime Interno da Casa, no seu artigo 130.

Desde já agradeço a atenção e compreensão dispensada.

Dinair Sebastiana Veloso da Silva

Prefeita de Timon

A Sua Excelência o Senhor

Ver. José Uilma da Silva Resende

Presidente da Câmara Municipal de Timon

N/CIDADE



Prefeitura Municipal de Timon

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 003 /2022-GP,

Timon-MA, 12 de Dezembro de 2022.

Autor: Poder Executivo

Dá nova redação, altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar Municipal nº 025/2013 - Código Tributário do Município de Timon – MA, e dá outras providências.

.....
.....
.....
Art. 1º. O inciso II, §1º do art. 92 da Lei Complementar Municipal nº 025, de 17 de Dezembro de 2013, que passa a vigorar acrescido da alínea “u”:

Art. 92.....

§1º.....

.....
u) exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.
.....

Art. 2º. O anexo III, da Lista de Serviços da Lei Complementar Municipal nº 025, de 17 de Dezembro de 2013, passa a vigorar acrescido do subitem 11.05:

"11 -
.....

11.05 - Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza."
.....

Art. 3º. O art. 194 da Lei Complementar Municipal nº 025, de 17 de Dezembro de 2013, que passa a vigorar acrescido do Parágrafo Único:

Art. 194.....

.....
Parágrafo único. Para cálculo do ISSQN devido em razão do Habite-se o proprietário da obra será responsável pela retenção e responsável solidário pelo pagamento do imposto,



Prefeitura Municipal de Timon

conforme dispõe o artigo 92, IV desta lei, devido pela execução de obra de construção civil, hidráulica e/ou elétrica que lhe forem prestados, cujo montante do imposto será calculado conforme ART ou contrato de prestação de serviço apresentado, desde que não haja comprovação do pagamento do imposto incidente sobre os serviços prestado.

Art. 4º. O inciso IV do art. 497 da Lei Complementar Municipal nº 025, de 17 de Dezembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 497.....

IV – envio ao domicílio tributário eletrônico do sujeito passivo;

Art. 5º. A Lei Complementar Municipal nº 025, de 17 de Dezembro de 2013, passa a vigorar acrescido do artigo 497-A:

“Art. 497-A. Fica instituída a comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal de Finanças, contribuinte e interessados, por meio do Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, cujo credenciamento será obrigatório ao sujeito passivo das obrigações tributárias municipais, na forma e nas condições previstas nesta lei.

Parágrafo único. Entende-se por DTE o portal de serviços e comunicações eletrônicas da Secretaria Municipal de Finanças, disponível na rede mundial de computadores, que tem por finalidade:

- I - cientificar o contribuinte ou interessado sobre quaisquer atos administrativos, procedimentos e ações fiscais;
- II - encaminhar notificações, intimações e decisões de processos administrativos;
- III - encaminhar Autos de Infrações;
- IV - expedir avisos em geral.

§ 1º. Ao sujeito passivo será atribuído registro e acesso ao sistema eletrônico da Secretaria Municipal de Finanças, com tecnologia que preserve o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações.

§ 2º. A expedição de avisos a que se refere o inciso IV, do caput deste artigo, não exclui a espontaneidade da denúncia nos termos do art. 138, do Código Tributário Nacional.

§ 3º. A comunicação realizada por meio eletrônico na forma do caput, em portal próprio, dispensa a publicação no Diário Oficial do Município de Timon e o envio por via postal.

§ 4º. A comunicação feita na forma prevista no caput deste artigo será considerada pessoal e escrita para todos os efeitos legais.

§ 5º. Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação.”

Art. 6º. O art. 498 da Lei Complementar Municipal nº 025, de 17 de Dezembro de 2013, passa a vigorar acrescido do inciso “V”:

Art. 498.....



Prefeitura Municipal de Timon

V – na data em que o intimado efetuar consulta eletrônica ao teor da intimação, na forma do art. 541-C, §§ 1º a 3º;

Art. 7º. O parágrafo único do art. 512, da Lei Complementar Municipal nº de 17 de Dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 512.

Parágrafo único. A parte comparecerá ao Contencioso Administrativo Tributário pessoalmente, por seu representante legal ou por meio eletrônico.”

Art. 8º. O *caput* do art. 547, da Lei Complementar Municipal nº de 17 de Dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 547. A resposta à consulta será entregue por meio eletrônico, ou pessoalmente, mediante recibo do consulente, seu representante ou preposto, ou ainda pelos Correios, mediante Aviso de Recebimento – AR, datado e assinado pelo consulente, seu representante, preposto ou por quem, em seu nome, receba a cópia da resposta.
.....”

Art. 9º. A Lei Complementar Municipal nº 025, de 17 de dezembro de 2013, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 550-A, 550-B e 550-C:

“CAPÍTULO X DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO

Art. 550-A. O uso de meio eletrônico na comunicação de atos e na transmissão de peças processuais será admitido no processo administrativo tributário, na forma prevista em regulamento.

§ 1º. O envio de petições, de recursos e demais peças processuais por meio eletrônico será admitido àqueles que se credenciarem junto aos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Finanças.

§ 2º. Ao credenciado, nos termos do parágrafo anterior, será atribuído registro e meio de acesso ao sistema eletrônico de processamento de dados da Secretaria Municipal de Finanças, de modo a preservar o sigilo, a certeza de sua identificação e a autenticidade de suas comunicações.

Art. 550-B. Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema eletrônico de processamento de dados da Secretaria Municipal de Finanças, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico. Parágrafo único. Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

Art. 551-C. As comunicações processuais serão feitas por meio eletrônico, em portal próprio, mediante prévio credenciamento do administrado, com a informação das normas e condições de sua utilização e manutenção.



Prefeitura Municipal de Timon

§ 1º. Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º. Na hipótese do § 1º, deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º. A consulta referida nos §§ 1º e 2º, deste artigo, deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da comunicação, sob pena de considerar-se a mesma automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4º. Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da comunicação e a abertura automática do prazo processual nos termos do § 3º, deste artigo, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

§ 5º. Considera-se pessoal, para todos os efeitos legais, a comunicação realizada na forma deste artigo.

§ 6º. Nos casos urgentes em que a comunicação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade.”

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, respeitados os princípios constitucionais, sobretudo, noventena, no que couber.

Timon-MA, 12 de Dezembro de 2022; 131º da Emancipação Político-Administrativa do Município.


Dinair Sebastiana Veloso da Silva
Prefeita Municipal